

MAURO VITOR HOMEM SILVA

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE DIFERENTES SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

Poços de Caldas/MG

2014

MAURO VITOR HOMEM SILVA

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE DIFERENTES SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Ciência e Engenharia Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Alfenas.

Área de Concentração: Ciência e Engenharia Ambiental

Orientadora: Adriana Maria Imperador

Poços de Caldas/MG

2014

Silva, Mauro Vitor Homem.

Sustentabilidade empresarial: uma comparação entre diferentes sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável / Mauro Vitor Homem Silva. – Poços de Caldas, 2014.

59 f. -

Orientadora: Adriana Maria Imperador.

Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Alfenas, Poços de Caldas, MG, 2014.
Bibliografia.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Sustentabilidade - Indicadores. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Imperador, Adriana Maria. II. Título.

CDD: 658.408

MAURO VITOR HOMEM SILVA

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE DIFERENTES SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

A banca examinadora abaixo-assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência e Engenharia Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Alfenas.

Área de Concentração: Ciência e Engenharia Ambiental.

Aprovado em: 28 de Novembro de 2014.



Prof. Dra. Adriana Maria Imperador

Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Prof. Dra. Adriana Marotti de Mello

Instituição: Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Antônio Donizetti Gonçalves de Souza

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Dedico a minha querida filha Daniela, razão de todo meu trabalho e alegria, grande fonte de inspiração. Minha esposa e companheira Ariane que há mais de 11 anos me apoia e me motiva através de muito amor. Aos meus pais Edson e Marlene, pela doação e amor dedicados para a formação e educação minha e de meus irmãos. Minha querida sogra Maria Luiza que sempre disponível se dedicou muito para este trabalho ser possível. E finalmente à minha amada irmã Ana Carolina por sempre ser especial.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser terminado sem a ajuda de diversas pessoas às quais presto minha homenagem:

À professora Dra. Adriana Maria Imperador por ter aceitado ser minha orientadora e compartilhar o seu grande conhecimento que me ajudou muito na realização deste trabalho.

Aos professores membros desta banca por aceitarem meu convite.

À professora Dra. Adriana Marotti por ter me aceito como aluno especial na FEA/USP e por ter contribuído para meu desenvolvimento acadêmico, fundamental para minha formação.

À Danone, que há mais de sete anos vem me possibilitando desenvolver e realizar grandes trabalhos e que indiretamente me incentivou neste mestrado.

À Unifal, em especial aos professores e funcionários da pós-graduação em Ciência e Engenharia Ambiental.

*"Todo mundo gostaria de se mudar para um lugar mágico.
Mas são poucos os que têm coragem de tentar..."*

Rubem Alves

RESUMO

SILVA, Mauro Vitor Homem. **Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre diferentes Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alfenas, Poços de Caldas, 2014.

A mensuração da sustentabilidade empresarial é um tema complexo e fundamental para a operacionalização do desenvolvimento sustentável na rotina diária das organizações. Por isso, inúmeros sistemas foram desenvolvidos após o alerta apresentado pela Agenda 21 Global quanto à sua importância. Apesar da existência desses vários sistemas, algumas lacunas ainda impedem a inclusão da sustentabilidade na agenda operacional das organizações, dentre elas a falta de congruência em relação ao seu conteúdo. Por isso, o objetivo deste trabalho foi desenvolver uma análise comparativa da dimensão ambiental entre diferentes sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável (SMDS) corporativo. Para tanto, comparou-se cinco dos principais sistemas: *Global Reporting Initiative* (GRI), Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&F-Bovespa (ISE) e a Norma ISO 26.000. O trabalho mostra diferentes níveis de profundidade na gestão da sustentabilidade empresarial e apresenta temas prioritários em especial: Água, Energia, Resíduos, GEE e Biodiversidade.

PALAVRAS CHAVES:

Sustentabilidade Corporativa. Indicadores de Sustentabilidade. Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável (SMDS).

ABSTRACT

SILVA, Mauro Vitor Homem. **Corporate Sustainability: a comparative analysis between different Sustainable Development Measurement Systems**. 2014. Thesis (Master) – Federal University of Alfnas, Poços de Caldas, 2014.

The measurement of corporate sustainability is a complex and critical issue for the operationalization of sustainable development into the daily routine of organizations. Therefore, many systems were developed after the warning presented by the Global "Agenda 21". Despite the existence of these various systems, some gaps still hinder the inclusion of sustainability into the operational agenda of organizations. Among them the lack of congruence in relation to its content submitted by different systems. Therefore, the aim of this study was to develop a comparative analysis in the environmental dimension between different corporate sustainable development measurement systems. For this, was compared five major systems of corporate sustainability measurement: Global Reporting Initiative (GRI), the Dow Jones Sustainability Index (DJSI), Ethos Indicators of Corporate Social Responsibility, Corporate Sustainability Index from BM&F-Bovespa (ISE) and ISO 26.000. This study shows different depths in the management of corporate sustainability and presents priority themes such as Water, Energy, Waste, GHG and Biodiversity.

KEY WORDS:

Corporate Sustainability. Sustainability Indicators. Sustainable Development Measurement System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Evolução do Esquema da Sustentabilidade	1
Figura 2 – Passos Metodológicos	13
Figura 3 – Conceito de Níveis de Abstração dos SMDS	14
Figura 4 – Estrutura de Gestão do DJSI	18
Figura 5 – Critério de Avaliação do DJSI	23
Figura 6 – Opções de Aplicação dos Indicadores Ethos	26
Figura 7 – Dimensões dos Indicadores Ethos	26
Figura 8 – Relação entre a organização e suas partes interessadas sob a ISO 26000	38
Figura 9 – Visão geral esquemática da ISO 26000	39

Quadros

Quadro 1 –Resumo das diferenças entre as abordagens.....	11
Quadro 2 – Categorias e Aspectos das Diretrizes do GRI	17
Quadro 3 – Índices que compõem o DJSI	19
Quadro 4 – Distribuição das Empresas do DJSI por país sede	20
Quadro 5 – Distribuição de CJSI por segmento	21
Quadro 6 – Conjunto de Indicadores Ethos	27
Quadro 7 – Modelo de Questionário dos Indicadores Ethos.....	28
Quadro 8 – Objetivos Estratégicos do ISE para o quinquênio 2011-2015.....	29
Quadro 9 – Composição da Carteira ISE 2014.....	33
Quadro 10 – Estrutura da ABNT NBR ISO 26000.....	40
Quadro 11 – Temas Centrais e Questões de Responsabilidade Social da ISO 26000.....	41
Quadro 12 – Conceito de Sustentabilidade dos SMDS estudados.....	42,43,44
Quadro 13 – Níveis de fatores operacionais dos SMDS estudados.....	45
Quadro 14 – Matriz de Complementaridade da Dimensão Ambiental dos SMDS.....	47,48,49

Tabelas

Tabela 1 – Variação anual dos Índices de Fechamento do ISE (2005-2014).....	34
---	----

Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição de Subtemas por SMDS.....	52
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVO	5
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
3.1 A ORIGEM DOS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	8
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	12
4.1 ABRANGÊNCIA	12
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
5.1 OS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESCOLHIDOS	15
<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	15
Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)	17
Indicadores Ethos	24
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – BM&F-BOVESPA)	28
ABNT NBR ISO 26.000: 2010 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social	34
5.2 ANÁLISE COMPARATIVA E RESULTADOS	42
6 CONCLUSÕES	53
7 SUGESTÕES DE TRABALHOS FUTUROS	55
8 REFERÊNCIAS	56
GLOSSÁRIO	59

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo, de forma geral, é um modelo econômico que se baseia no princípio da acumulação do capital. Para tanto, os sistemas de produção e o mercado, em suas diversas modalidades, se mantêm em função dos lucros, e o consumo em massa garante a dinâmica deste sistema de acumulação, inerente ao capitalismo. Já a sustentabilidade, assim como o desenvolvimento sustentável, pode ser entendida como um conceito político, que se baseia na capacidade de manter os três pilares fundamentais de forma igualitária e sistêmica: econômico, social e ambiental, visando à continuidade da vida (SIMONS, et. al., 2001). A figura 1 mostra a representação das dimensões da Sustentabilidade, reforçando a necessidade de definir apropriadamente limites de um sistema ecológico quando mensurando a performance em sustentabilidade (OSTROM, 2009).

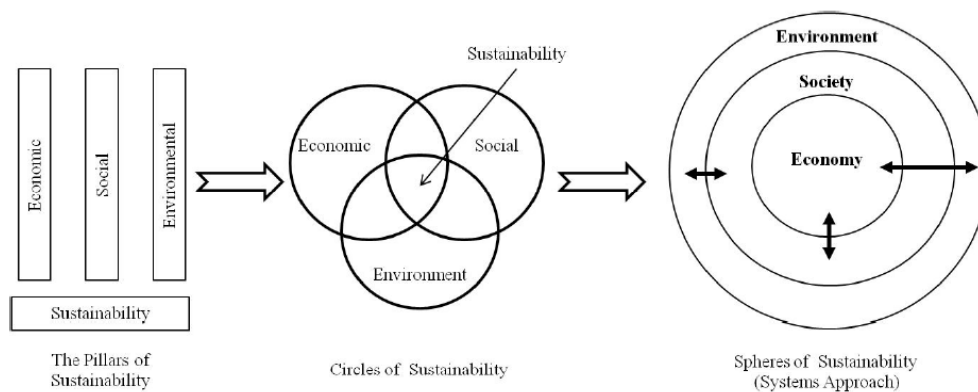


Figura 1 – Evolução do Esquema da Sustentabilidade

Fonte: OSTROM (2009)

As relações e conexões entre as dimensões, em especial, a econômica e a ambiental, parecem estar em conflito e competição constante quando o tema é a sustentabilidade. A dimensão ambiental, capital natural, pode ser interpretada como fator limitante ao crescimento econômico, visto que apresenta recursos finitos para o abastecimento do sistema capitalista (SIMONS, et. al., 2001). Segundo Barbieri et. al. (2010) o crescimento econômico como condição necessária para erradicar a pobreza, um objetivo

do desenvolvimento sustentável constante no relatório da CMMAD (CMMAD, 1991), encontra muitas objeções, pois há quem entenda que o crescimento econômico é a origem dos graves problemas ambientais e sociais observados no mundo contemporâneo. Para Leonardo Boff (1995):

A sustentabilidade demanda uma superação histórica do capitalismo e da ideologia política do neoliberalismo. Se permanecerem essas duas realidades sociais, entregam-se a terra e a humanidade a um destino precário, a um futuro duvidoso e perigoso (BOFF, 1995).

A despeito do conflito estabelecido entre as esferas do sistema e o comprometimento da qualidade ambiental e social, sobrepujados em função do crescimento econômico, há experiências relevantes e de sucesso que se baseiam em um modelo econômico capitalista, porém menos agressivos na política de lucros, com maior responsabilidade socioambiental, e, portanto, com caráter mais sustentável. O crescimento econômico é algo sempre desejado e perseguido por empresários e políticos, o que explicaria a grande adesão que eles deram ao movimento da sustentabilidade (BARBIERI et. al., 2010).

A literatura em desenvolvimento sustentável e gestão da sustentabilidade indica que o primeiro passo para gerenciá-la e medi-la em um sistema é a identificação de características e a disponibilidade de recursos ambientais (NUNES et al., 2013). A sustentabilidade nos segmentos empresariais e do terceiro setor pode apresentar caráter de valor intrínseco às atividades executadas. Ou seja, pode ser uma prática adotada como diretriz para toda e qualquer atividade associada àquele setor. Observamos também, e com maior frequência, a sustentabilidade internalizada nos negócios da empresa. Isso porque nos últimos anos, os negócios foram vistos como grande causa de problemas sociais, ambientais e econômicos.

Empresas são amplamente percebidas por estarem prosperando às custas de toda comunidade e quanto mais começaram a abraçar a responsabilidade corporativa, mais foram responsabilizadas por falhas na sociedade (PORTER; KRAMER, 2011).

De qualquer maneira, as organizações empresariais apresentam um papel especial na articulação do conceito e prática de sustentabilidade na

sociedade. Neste caso, o lucro (o capital) está também a serviço da sustentabilidade.

Por todas as pressões sociais descritas, entende-se que as empresas devem evoluir neste conceito e buscar formas de cativar seus clientes e consumidores nesta vertente, mudando o panorama ao longo dos próximos anos. As organizações apresentam uma tendência de possuir estruturas, normas, modelos cognitivos e tecnologias similares. O chamado “Isomorfismo Estrutural” faz com que seja incorporado os elementos legitimados exteriormente, muito mais do que pela eficiência que podem lhe proporcionar (BARBIERI et. al., 2010).

Sob essa ótica, os sistemas de mensuração do desenvolvimento sustentável (SMDS) tornam-se elementos institucionais fundamentais para empresas que atuam de forma competitiva nos diferentes mercados, isso porque esses elementos institucionais reduzem as incertezas e turbulências do ambiente, fato que promove o êxito e a sobrevivência da organização (*Ibidem*).

Apesar de fundamental, a busca por padrões dessas iniciativas da sustentabilidade empresarial ainda é tema relevante para as organizações. Segundo Delai (2006), várias lacunas ainda limitam a operacionalização do desenvolvimento sustentável nas empresas. A primeira delas é a falta de um conjunto de medidas-padrão de sustentabilidade amplamente aceitas (SEARCY et. al., 2005). Segundo Warhurst (2002 apud DELAI, 2006), a proliferação de indicadores e metodologias leva a necessidade de definir padrões metodológicos e conjuntos de indicadores comuns e desenvolver mecanismos apropriados para a incorporação desses indicadores e metodologias existentes nos sistemas de mensuração.

Existe uma outra lacuna para um quadro geral que guie os esforços das empresas rumo à sustentabilidade, sendo que a maioria dessas estão presas na mentalidade de “Responsabilidade Social” no qual problemas sociais são periféricos, não o negócio principal dessas organizações (PORTER; KRAMER, 2011).

Diante do cenário apresentado, surge a pergunta investigativa maior dessa pesquisa: quais os pontos comuns e as diferenças entre os principais Sistemas de Mensuração da Sustentabilidade praticados pelo mercado, visando práticas de real valor agregado para organizações e sociedade?

2 OBJETIVO

O objetivo geral do trabalho foi desenvolver uma análise comparativa de cinco diferentes Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável, demonstrando as interações no conceito de sustentabilidade e níveis de estruturação em cada um deles. Dessa forma, espera-se construir um início para discussões futuras sobre maiores integrações desses sistemas e melhor performance em sustentabilidade empresarial.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O que hoje chamamos de “Desenvolvimento Sustentável” tem evoluído como um conceito integrador, um guarda-chuva sob o qual um conjunto de questões inter-relacionadas podem ser organizadas de forma única. Trata-se de um processo variável de mudança que busca como objetivo final a sustentabilidade em si (SARTORI, et, al., 2014).

Seu primeiro passo de evolução se deu à partir do Clube de Roma – uma associação de cientistas políticos e empresários preocupados com estas questões globais. Como resultado, em 1972, surge um dos mais conhecidos estudos decorrentes da ação do Clube de Roma, o relatório mundialmente conhecido *The limits to growth* (DELAI, 2006).

Segundo Guimarães (1998), as raízes do conceito de desenvolvimento sustentável encontram-se na Conferência de Estocolmo também de 1972, quando, pela primeira vez, chamou-se atenção para os impactos negativos do processo de desenvolvimento no meio ambiente e no tecido social, ocasião na qual tomadores de decisão do mundo inteiro foram alertados sobre a existência de outras dimensões do desenvolvimento, para além da dimensão econômica.

Entretanto, atualmente, a definição mais aceita de desenvolvimento sustentável é a que ficou consagrada no Relatório Brundtland, de 1987, e foi difundida durante a realização da Rio-92, podendo ser resumida à seguinte sentença: “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Este conceito surge no momento em que se reconhece que o padrão de desenvolvimento em curso, que tem tido como objetivo central o progresso econômico, apresenta situações impossíveis do ponto de vista biofísico quando projetado para o futuro (GOODLAND, 1995). Apresenta ainda o paradoxo do incremento nos índices macroeconômicos, mas de deterioração de índices socioambientais (BOISIER, 1997). Tanto os limites biofísicos do Planeta, como a deterioração do tecido social, ensejam mudanças nos processos de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas, na busca de uma nova forma de desenvolvimento. Essas mudanças suscitam a

necessidade de conscientizar a sociedade sobre a situação ambiental e social em que se encontra, de modo a fazer com que esta possa participar da definição dos rumos do desenvolvimento que deseja.

Para Elkington (1994), criador do termo *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. A expectativa de que as empresas devam contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

Tem-se, portanto, uma segunda visão, diferente da primeira: o Desenvolvimento Sustentável é objetivo a ser alcançado e a Sustentabilidade é o processo para atingir o Desenvolvimento Sustentável (SARTORI et. al., 2014).

Todo esse processo de mudança pressupõe ainda pensar estrategicamente os impactos positivos e negativos de decisões e ações tomadas pela sociedade, o que significa deixar de ter como meta somente o retorno econômico e incorporar outras dimensões à avaliação da realidade, considerando que o processo de desenvolvimento não é constante nem estável no tempo e no espaço. A partir dessa nova consciência, percebe-se que o desenvolvimento está sujeito tanto ao comportamento dos seres humanos, individual e coletivamente, e os processos sociais existentes em cada território; quanto ao tempo que os ambientes naturais levam para se recuperar e conservar a integridade dos ciclos vitais. Isso nos leva a pensar no compromisso e na responsabilidade das gerações presentes em relação às gerações futuras. Todavia, o conceito de Desenvolvimento Sustentável coloca em questão o entendimento que se tem dado à sustentabilidade, indicando que ambos estão longe de ser unânimes.

O termo sustentabilidade é utilizado, mas pouco explicado. Há uma inconsistente interpretação e aplicação, além de um alto grau de ambiguidade do conceito, incluindo uma percepção incompleta dos problemas de pobreza, da degradação ambiental e do papel do crescimento econômico (LÉLÉ, 1991;

MORI, ANO; CHRISTODOULOU, 2012; SLIMANE, 2012 apud SARTORI et. al., 2014).

Caracteriza-se a sustentabilidade como um princípio aplicável a sistemas. Sistemas abertos, para interagir com a sociedade-natureza, envolvendo sistemas industriais, sistemas sociais e sistemas naturais, incluindo os fluxos de informações, bens, materiais e resíduos. Isto é, a sustentabilidade envolve uma interação com sistemas dinâmicos que estão em constante mudança e necessitam de medidas proativas (SARTORI et. al., 2014).

Por fim, a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável na construção de indicadores não ocorre de forma imparcial. Cada proposta privilegia determinados indicadores em detrimento de outros, sinalizando mudanças potenciais, sobre as quais cabem reflexões preliminares.

3.1 A ORIGEM DOS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A mensuração sistemática e rigorosa dos fenômenos sociais no mundo ocidental data da primeira metade do século XX, mais a partir dos anos 1970, com o surgimento da agenda ambiental e do conceito de desenvolvimento (GUIMARÃES, 2009). A globalização também contribuiu para a intensificação da tendência a parametrizar todas as questões socioambientais. Entretanto, a complexidade dos fenômenos sociais e ambientais não é captada por simples parâmetros e relações de causalidade e a forma de medir sustentabilidade nas diferentes regiões e países é incerta. Isso reflete que o conceito seja menos útil quando utilizado para medir sustentabilidade de negócios, resultando em frequente falta de acurácia nas conclusões (SHRIVASTAVA; BERGER, 2010).

Para que esta condição seja incluída nos processos de mensuração de maneira efetiva e real, é preciso agregar uma interpretação que considere questões qualitativas, históricas e também institucionais (GUIMARÃES, 2009). É importante ter em mente, portanto, que todo e qualquer tipo de mensuração apresenta limites e não espelha a complexidade da sociedade

(*Ibidem*). As dificuldades estão na definição de medida unificada para performance em sustentabilidade (SHRIVASTAVA; BERGER, 2010).

Com a publicação do relatório Brundtland, a questão ambiental ganhou outra proporção, impulsionando pesquisas sobre indicadores de sustentabilidade. O Canadá e outros países da Europa foram os pioneiros em tentar delinear indicadores de sustentabilidade (QUIROGA, 2001). O trabalho com este tema, no entanto, se intensificou depois da RIO-92, com iniciativas da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e outras propostas nacionais que incentivaram o progresso na área. É importante ressaltar que a Agenda 21, iniciativa proposta na Declaração da Conferência do Rio de Janeiro, no seu capítulo 40, recomenda a implementação de indicadores de desenvolvimento sustentável.

Há várias definições sobre o que é um indicador. Um indicador pode ser quantitativo e qualitativo, não sendo restrito a apenas uma dessas esferas. Um indicador não é apenas uma estatística, ele representa uma variável que assume um valor em um tempo específico. Por sua vez, uma variável é uma representação de um atributo de um determinado sistema, incluindo qualidade, característica e propriedade (*Ibidem*). Em uma visão mais abrangente, o gerenciamento e a tomada de decisão de temas complexos nas organizações demandam métodos para representar temas por meio de unidades de medida simples; esses são os chamados indicadores – informações condensadas para tomada de decisão (OLSTHOORN et al., 2000). Finalmente, o objetivo de um indicador é apontar a existência de riscos, potencialidades e tendências no desenvolvimento de um determinado território para que, em conjunto com a comunidade, decisões possam ser tomadas de forma mais racional (UNSTALL, 1994; GUIMARÃES, 1998). Portanto, indicadores, no sentido que estamos trabalhando, são um conjunto de sinais que facilitam a avaliação do progresso de uma determinada empresa na busca pelo desenvolvimento sustentável, sendo ferramentas cruciais no processo de identificação de problemas, reconhecimento dos mesmos, formulação de políticas, sua implementação e avaliação.

A escolha e uso de indicadores ambientais por empresas depende do tipo de empresa, seu setor, tamanho, proximidade de mercados consumidores

sensíveis às questões ambientais, tipo e grau de regulamentações ambientais e cultura corporativa da organização (OLSTHOORN et al., 2000). Segundo os autores Olsthoorn et al. (2000), o processo de desenvolvimento de indicadores apropriados apresenta os seguintes elementos-chave:

- 1 - Coleta de dados na empresa sobre indicadores físicos;
- 2 - Estabelecimento da base de dados com indicadores e seus fatores potenciais;
- 3 - Um local onde seja viável agregar diferentes indicadores por categoria num único indicador de impacto;
- 4 - Compilar esses dados em indicadores de performance usando padronização e normalizações.

Para Delai (2006) o conceito de Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável pode ser definido como um conjunto de processos, pessoas, métodos, ferramentas e indicadores estruturados para coletar, descrever e representar dados com o objetivo de gerar informações sobre o desempenho em relação à sustentabilidade, auxiliando a tomada de decisão.

Em um contexto de institucionalização, esses arranjos não foram investigados sistematicamente (BUSTAMI et al., 2013). Em particular, pouca atenção foi dada às análises comparativas dos sistemas propostos por este trabalho. Bustami et al. (2013) analisaram comparativamente a Norma ISO 26.000 e o GRI, mostrando que tanto a ISO 26.000 quanto o GRI foram desenvolvidos devido à necessidade de institucionalização e padronização da Responsabilidade Social Corporativa. Todavia, segundo os autores, o GRI é dominado pela visão "pró-mercado" enquanto a ISO 26000 aparenta ser direcionado por uma visão "pró-sociedade civil".

Delai (2006) propôs um modelo de referência analisando oito SMDS, três dos quais são objeto desse trabalho (GRI, *Dow Jones Sustainability Index* e Indicadores Ethos). Já Strobel et. al. (2004) propuseram uma análise comparativa para estabelecer as principais diferenças e similaridades entre o *Dow Jones Sustainability Index*, o GRI e os Indicadores Ethos. Os resultados

demonstram que as iniciativas diferem principalmente em relação aos objetivos, abrangência e aplicabilidade, sendo o GRI a que mais converge com o conceito de sustentabilidade corporativa. No entanto, as três abordagens demonstraram lacunas no relacionamento das variáveis econômicas com as variáveis ambientais e sociais (STROBEL et. al., 2004).

	Dow Jones Sustainability Index	Global Reporting Initiative	Instituto Ethos
Objetivo	criar valor aos acionistas (<i>Shareholder Value</i>)	criar valor aos grupos de interesse (<i>Stakeholder Value</i>)	criar valor aos grupos de interesse (<i>Stakeholder Value</i>)
Abrangência	Internacional Grandes empresas que já fazem parte do Dow Jones	Internacional Pequenas, médias e grandes empresas	Nacional Pequenas, médias e grandes empresas
Aplicabilidade	Empresas com interesse em diferenciar-se das demais e atrair investimentos devido à sua performance voltada à sustentabilidade.	Empresas que pretendem avaliar suas atividades sob a ótica da sustentabilidade.	Empresas brasileiras que pretendem avaliar sua atuação de responsabilidade social perante a sociedade.

Quadro 1 – Resumo das diferenças entre as abordagens

Fonte: STROBEL et. al. (2004)

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Na seção a seguir serão apresentados a abrangência e os procedimentos utilizados como metodologia de pesquisa deste trabalho.

4.1 ABRANGÊNCIA

Apesar do contexto global ao qual o assunto sobre Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável vem sendo discutido, para garantir a efetividade metodológica, o foco deste estudo teve como objeto 5 desses sistemas.

Tendo como referência Delai (2006), os critérios gerais utilizados na escolha foram: abordagem de pelo menos três dimensões do desenvolvimento sustentável, foco empresarial, estarem alinhados com as instâncias em que estão inseridos e não estarem baseados em outros sistemas, propondo somente algumas modificações.

Adicionalmente, por experiência profissional, no que tange o grau de importância dos Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável, foram escolhidos aqueles mais presentes no segmento empresarial.

Baseado nos critérios acima elencados, os sistemas objeto deste trabalho foram:

- *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI);
- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial;
- Índice de Sustentabilidade Empresarial Bovespa (ISE);
- Norma ABNT NBR ISO 26.000:2010.

Dado a diversidade dos sistemas e o enfoque deste estudo comparativo, optou-se por determinar as correlações em grau mais detalhado apenas na dimensão ambiental, detalhada no capítulo de Desenvolvimento do presente trabalho.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia proposta neste estudo teve como objetivo seguir três estágios principais: (i) definição do método para desenvolvimento da avaliação por meio de revisão bibliográfica; (ii) análise comparativa entre os cinco sistemas de mensuração do Desenvolvimento Sustentável e (iii) definição de matriz comparativa entre os sistemas para a dimensão ambiental.

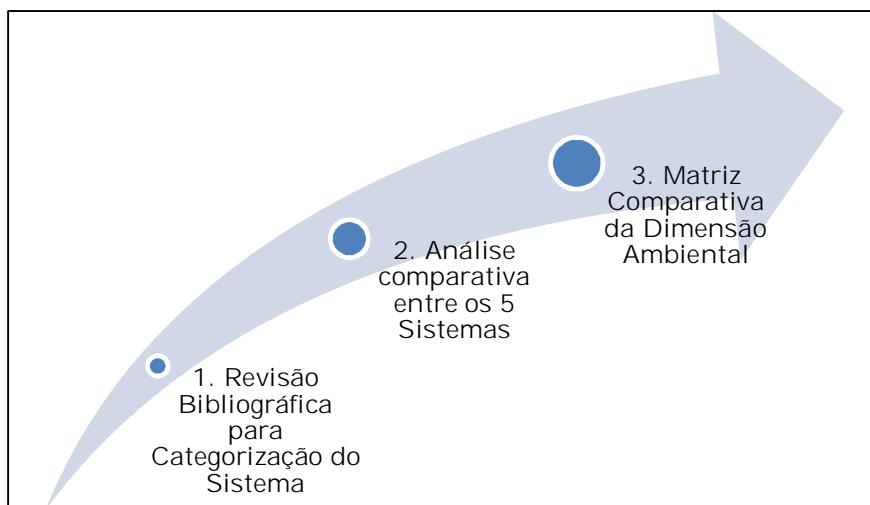


Figura 2 – Passos Metodológicos

Fonte: Autor

No primeiro estágio, definiu-se com base em pesquisa bibliográfica, um conjunto de categorias a serem utilizadas na análise comparativa das iniciativas. Com base em Delai (2006), utilizou-se o método da análise comparativa entre os sistemas tendo em vista a identificação da complementariedade dos mesmos e seu conteúdo de avaliação. Esse procedimento consiste em 3 grandes passos:

- 1- Definição da estrutura do sistema;
- 2- Definição do conteúdo de cada nível;
- 3- Avaliação da esfera de abrangência e dos dados do sistema.

A identificação das características e etapas de desenvolvimento dos SMDS seguiu a partir de pesquisa bibliográfica em fontes secundárias,

exclusivamente aos manuais e informações oficiais desses sistemas, a fim de identificar seus conceitos, métodos e etapas de desenvolvimento.

Já no segundo estágio, realizou-se: definição do conceito de sustentabilidade dos diferentes sistemas, além da definição de seus conteúdos por meio de análises do processo de mensuração. Portanto, os SMDS foram comparados sob a ótica do conceito de Sustentabilidade, níveis de abstração e comparações na dimensão principal deste estudo (Ambiental), gerando a matriz de complementariedade (terceiro estágio) que permitiu conclusões sobre as interações e diferenças. A ilustração do conceito de níveis de abstração é apresentada na figura a seguir:

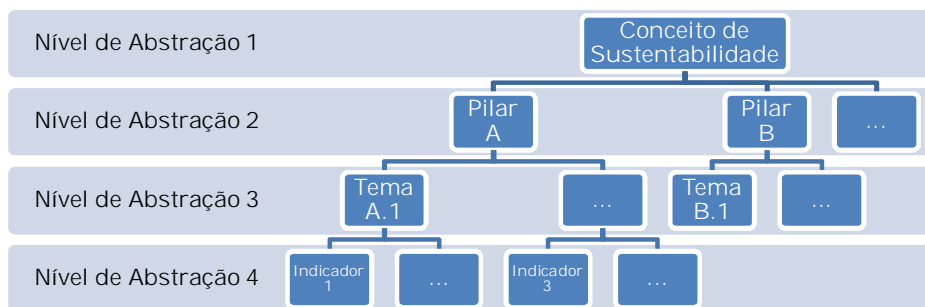


Figura 3 – Conceito de Níveis de Abstração dos SMDS

Fonte: Autor

Assumindo como premissa que os sistemas devem ser baseados em um conjunto de categorias explícitas que relacionem a visão e as metas aos indicadores e aos critérios de avaliação (DELAI, 2006), a análise proposta por este estudo pôde ser executada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na seção a seguir, serão apresentados de maneira sucinta as principais características de cada sistema objeto deste estudo, principalmente a partir de seu respectivo manual de aplicação.

5.1 OS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESCOLHIDOS

Global Reporting Initiative (GRI)

Lançado em 1997 pela Organização Não-Governamental americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e pela *United Nations Environment Programme*, o GRI trata-se, essencialmente, de um guia para elaboração de relatórios de sustentabilidade. Ele tem por objetivo auxiliar as empresas e suas partes interessadas no entendimento e comunicação das contribuições da organização ao alcance do desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade e utilidade dos relatórios de sustentabilidade (GRI, 2013). Algumas versões do *Tripple Bottom Line* usam unidades monetárias para medir performance econômica, social e ambiental, enquanto que outras versões, tais como o GRI, utilizam uma ampla gama de indicadores para medir a performance em sustentabilidade (LAMBERTON, 2005).

Atualmente, o GRI está em sua quarta geração, denominada G4. As Diretrizes G4 foram planejadas e desenvolvidas para oferecer orientações mais adequadas e atualizadas para a preparação eficaz de relatórios de sustentabilidade. Tem como objetivo ajudar os relatores a elaborar relatórios de sustentabilidade relevantes, que incluam informações valiosas sobre as questões de sustentabilidade mais cruciais para a organização, bem com tornar o processo de relato de sustentabilidade uma prática padrão (GRI, 2014).

O enfoque no processo de identificação de aspectos materiais – baseados, entre outros fatores, no Princípio de Materialidade – constitui o elemento central da elaboração de um relatório de sustentabilidade. Aspectos materiais são aqueles que refletem os impactos econômicos, ambientais e

sociais significativos da organização ou influenciam substancialmente as avaliações e decisões de *stakeholders* (GRI, 2014).

As Diretrizes oferecem duas opções para que a organização elabore seu relatório de sustentabilidade “de acordo” com elas, a saber: a opção Essencial e a Abrangente. Ambas opções podem ser aplicadas a organizações de qualquer tipo, porte, setor ou localização. A primeira opção contém os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade, oferecendo o pano de fundo contra o qual a organização relata os impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança. Já a opção Abrangente parte da opção Essencial, exigindo a divulgação de informações adicionais sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização.

Segundo GRI (2014), o conteúdo do relatório deve apresentar os seguintes Princípios: Inclusão de *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, materialidade, completude, equilíbrio, comparabilidade, exatidão, tempestividade, clareza e confiabilidade.

O tripé da sustentabilidade também é apresentado dentro do sistema com a definição de cada eixo, conforme apresentado a seguir:

- ⇒ **Dimensão Econômica da sustentabilidade:** diz respeito aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. A Categoria Econômica ilustra o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo.

- ⇒ **Dimensão Ambiental da sustentabilidade:** diz respeito aos impactos da organização sobre ecossistemas, incluindo aspectos bióticos e abióticos. A categoria ambiental abrange impactos relacionados a insumos e saídas. Ela abrange, também, impactos relacionados à biodiversidade, aos transportes e aos produtos e serviços, bem como conformidade com leis e regulamentos ambientais e gastos e investimentos na área ambiental.

⇒ **Dimensão Social da sustentabilidade:** diz respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. A categoria social inclui as seguintes subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente; Direitos Humanos; Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

Categoria	Econômica	Ambiental		
Aspectos ^{III}	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho Econômico • Presença no Mercado • Impactos Econômicos Indiretos • Práticas de Compra 	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Energia • Água • Biodiversidade • Emissões • Efluentes e Resíduos • Produtos e Serviços • Conformidade • Transportes • Geral • Avaliação Ambiental de Fornecedores • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais 		
Categoria	Social			
Subcategorias	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo Produto
Aspectos ^{III}	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego • Relações Trabalhistas • Saúde e Segurança no Trabalho • Treinamento e Educação • Diversidade e Igualdade de Oportunidades • Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres • Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento • Não Discriminação • Liberdade de Associação e Negociação Coletiva • Trabalho Infantil • Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo • Práticas de Segurança • Direitos Indígenas • Avaliação • Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades Locais • Combate à Corrupção • Políticas Públicas • Concorrência Desleal • Conformidade • Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade • Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e Segurança do Cliente • Rotulagem de Produtos e Serviços • Comunicações de Marketing • Privacidade do Cliente • Conformidade

Quadro 2 – Categorias e Aspectos das Diretrizes do GRI

Fonte: GRI (2014)

Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

O DJSI foi estabelecido em 1999 e avalia o desempenho das empresas líderes mundiais em sustentabilidade que operam no mercado de ações. A família de carteiras do DJSI é oferecida numa colaboração entre a bolsa de

valores norte-america Dow Jones e a consultoria também norte-americana RobecoSAM.

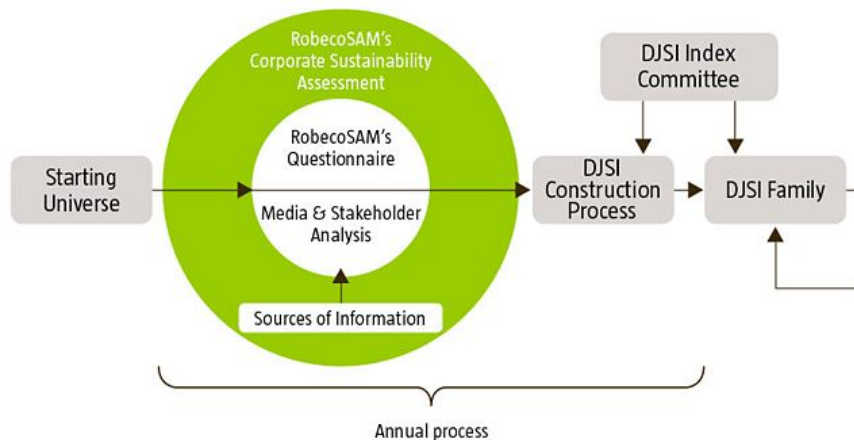


Figura 4 – Estrutura de Gestão do DJSI

Fonte: DOW JONES INDEX (2014)

O DJSI acompanha o desempenho das ações das empresas em termos de critérios econômicos, ambientais e sociais e é composto por uma série de índices de diferentes carteiras, de acordo com critérios geográficos e por segmento de negócio (ver quadro abaixo).

Index	Number of Components
DJSI World	319
DJSI World Developed	286
DJSI World 80	80
DJSI Asia Pacific	148
DJSI Asia Pacific 40	40
DJSI Japan 40	40
DJSI Emerging Markets	86
DJSI Europe	154
DJSI Eurozone	92
DJSI Europe 40	40
DJSI Eurozone 40	40
DJSI North America	149
DJSI United States	124
DJSI North America 40	40
DJSI United States 40	40
DJSI Australia	48
DJSI Korea	54
DJSI Korea 20	20
DJSI World Enlarged	602
DJSI Nordic	35

Quadro 3 – Índices que compõem o DJSI

Fonte: DOW JONES INDEX (2014)

Os índices apresentam representatividade global e servem como referência para os investidores que integram as considerações de sustentabilidade em seus investimentos, além de fornecerem uma plataforma de engajamento efetivo para as empresas que querem adotar as melhores práticas sustentáveis.

United States	28.36%
United Kingdom	12.09%
Switzerland	10.75%
Germany	8.11%
France	6.99%
Australia	5.56%
Canada	4.75%
Spain	3.86%
South Korea	3.41%
Japan	3.36%
Netherlands	2.84%
Italy	2.74%
Brazil	1.49%
Taiwan	1.31%
Denmark	1.15%
Sweden	1.00%
Norway	0.62%
Colombia	0.32%
India	0.29%
Thailand	0.26%
Portugal	0.20%
South Africa	0.18%
Finland	0.15%
Singapore	0.13%
Chile	0.05%
Belgium	0.04%

Data calculated in USD as of end of September, 2014.

Quadro 4 – Distribuição das Empresas do DJSI por país sede

Fonte: DOW JONES INDEX (2014)

O DJSI é composto por uma família de padrões de referência para os investidores que acreditam que práticas de negócios sustentáveis podem levar a valor no longo prazo. Como os investidores procuram investir em empresas com potencial de retorno, suas decisões de seleção de ações provavelmente serão cada vez mais influenciadas por considerações de sustentabilidade.

Avaliando cerca de 3.000 empresas globais, o DJSI é constituído a partir de questionários com diferentes critérios por segmento, documentos e informações prestadas pelas empresas aos analistas, à imprensa e às partes interessadas (DOW JONES INDEX, 2013).

Financials	23.26%
Health Care	16.41%
Technology	13.25%
Consumer Goods	12.88%
Industrials	11.37%
Oil & Gas	7.16%
Basic Materials	7.02%
Consumer Services	5.12%
Utilities	2.29%
Telecommunications	1.24%

Quadro 5 – Distribuição do DJSI por segmento

Fonte: DOW JONES INDEX (2014)

A Avaliação de Sustentabilidade Empresarial do DJSI consiste em uma profunda análise que varia de 80 a 120 perguntas sobre fatores econômicos, ambientais e sociais que são relevantes para o sucesso financeiro das empresas, mas que são pouco pesquisados nas análises financeiras convencionais. Os questionários são específicos para cada um dos 59 setores presentes no DJSI.

Baseado em grandes desafios globais de sustentabilidade identificados pelos analistas do RobecoSAM, os critérios gerais relativos ao padrão de gestão e medidas de desempenho, tais como Governança Corporativa, Desenvolvimento do Capital Humano e Risco e Gestão de Crises são definidos e aplicados a cada um dos setores. Os critérios gerais são responsáveis por aproximadamente 50% da avaliação, dependendo do setor. Os outros cerca de 50% do questionário cobrem riscos e oportunidades que incidem sobre os desafios e as tendências econômicas, ambientais e sociais que são particularmente relevantes para as empresas dentro de seu segmento.

Outro componente fundamental da Avaliação de Sustentabilidade Empresarial no DJSI é a consulta aos *Stakeholders*. O processo de Avaliação de *Stakeholders*, dentro do DJSI, monitora continuamente a cobertura da mídia e outras informações publicamente disponíveis a partir de organizações de consumidores, governos ou ONGs, de forma a identificar o envolvimento e resposta das empresas a situações de crise ambiental, econômica e social,

visando identificar possíveis efeitos sobre sua reputação. Uma série de questões, como os conflitos laborais, acidentes, abusos dos direitos humanos ou desastres ambientais podem prejudicar a reputação da empresa, resultando em consequências financeiras que vão desde a perda de negócios, de clientes e a queda nas vendas, até passivos, litígios ou multas, os quais podem ter um impacto sobre o valor para o acionista.

Os resultados da Avaliação de *Stakeholders* são parte da Avaliação de Sustentabilidade Empresarial e podem reduzir sua pontuação total, afetando, assim, a inclusão das empresas em qualquer um dos índices da família DJSI. Além disso, os incidentes graves e violações que lançam sérias dúvidas sobre os procedimentos da empresa e sua capacidade de lidar com a situação podem ser encaminhados ao Comitê do DJSI. Na sequência de uma análise aprofundada, essa Comissão pode decidir mudar a elegibilidade de uma empresa de imediato, independentemente da pontuação final desta.

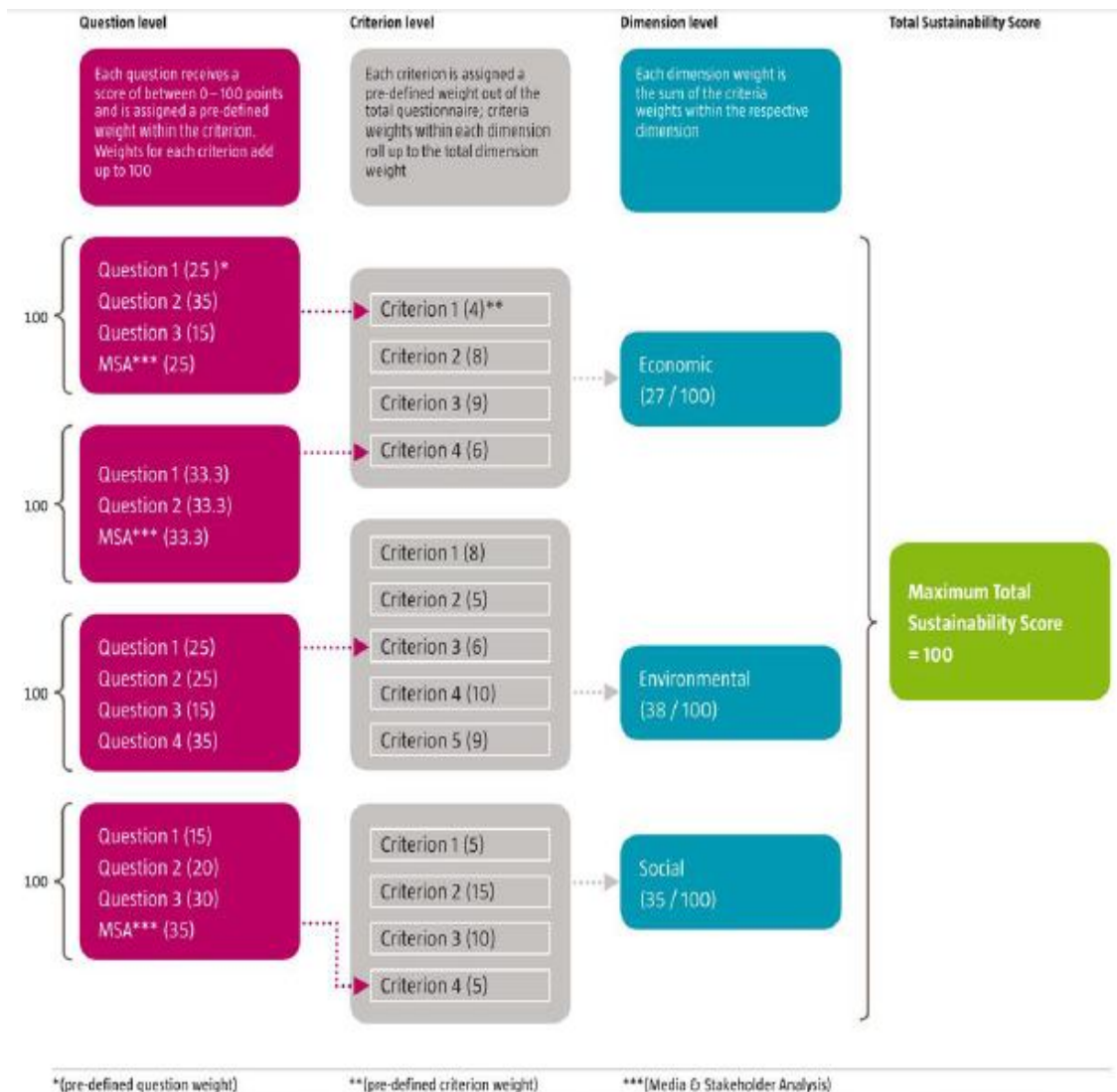


Figura 5 – Critério de Avaliação do DJSI

Fonte: DOW JONES INDEX (2014)

Somente as empresas do topo do *ranking*, em termos de Sustentabilidade Empresarial em cada segmento, são selecionadas para inclusão na família *Dow Jones Sustainability Index*.

Além da seleção dos líderes de sustentabilidade com base em critérios, a abordagem *best in class* também fornece a oportunidade de realizar um diálogo com as empresas de todas as indústrias e, assim, influenciar melhorias incrementais em práticas de sustentabilidade das empresas. Graças à esta abordagem, uma competição entre as empresas para inclusão nos Índices Dow Jones de Sustentabilidade se deu. Para ser parte do índice,

as empresas têm de intensificar continuamente as suas iniciativas de sustentabilidade, tendendo a beneficiar todas as partes interessadas: investidores, empregados, clientes e, em última análise, a sociedade e o meio ambiente.

Indicadores Ethos

Os Indicadores Ethos tratam-se de um conjunto de indicadores lançado em 2002 pela organização não-governamental Instituto Ethos para servir de ferramenta de auto avaliação do desempenho organizacional em relação às práticas de responsabilidade social (ETHOS, 2013). São uma ferramenta de gestão, de uso gratuito, que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que este venha a ser sustentável e responsável (*Idem*, 2014). Embora traga medidas de desempenho em sustentabilidade e responsabilidade social, esta ferramenta não se propõe a medir o desempenho das empresas, nem a reconhecê-las como sustentáveis ou responsáveis.

O conteúdo atual dos Indicadores Ethos preserva a estrutura que o consolidou como ferramenta de aprendizado: questões de profundidade (estágios), questões binárias e questões quantitativas. As questões de profundidade (estágios) apresenta a evolução das práticas em cada indicador, sendo, segundo Ethos (2014):

Estágio 1 – Cumprimento e/ou Tratativa Inicial

Em relação ao assunto, a empresa atende à legislação, quando pertinente, e/ou trata o tema de forma incipiente.

Estágio 2 – Iniciativas e Práticas

Em relação ao assunto, a empresa desenvolve iniciativas e implementa práticas coerentes.

Estágio 3 – Políticas, Procedimentos e Sistema de Gestão

Em relação ao assunto, a empresa adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores.

Estágio 4 – Eficiência

Em relação ao assunto, a empresa mensura os benefícios de sua gestão e os considera nas tomadas de decisão e na gestão de riscos (incluindo a cadeia de valor).

Estágio 5 – Protagonismo

Em relação ao assunto, a empresa passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas.

Composto por 47 indicadores, o conteúdo consiste na flexibilidade possibilitada pelo novo sistema *on-line* de aplicação: a empresa poderá selecionar os indicadores de acordo com o seu interesse e com a reflexão a respeito dos temas que pretende desenvolver, não havendo um número mínimo para sua aplicação (ETHOS, 2014). Existem ainda quatro sugestões de aplicação, conforme descrito abaixo:

- **Básica:** composta por 12 indicadores, esta seleção compreende questões que dizem respeito a uma abordagem mais panorâmica sobre os temas tratados nas diferentes dimensões;
- **Essencial:** com 24 indicadores, esta categoria traz questões relevantes às empresas na perspectiva de diferentes partes interessadas. Representa o que tradicionalmente se reconhece como a “agenda mínima” da RSE/Sustentabilidade;
- **Ampla:** esta seleção reúne 36 indicadores que incorporam desdobramentos relativos à “agenda mínima” da RSE/Sustentabilidade;
- **Abrangente:** é o conjunto dos 47 indicadores desenvolvidos para esta nova geração, que inclui questões de vanguarda e insere um olhar da empresa sobre sua própria evolução na gestão sustentável e socialmente responsável.

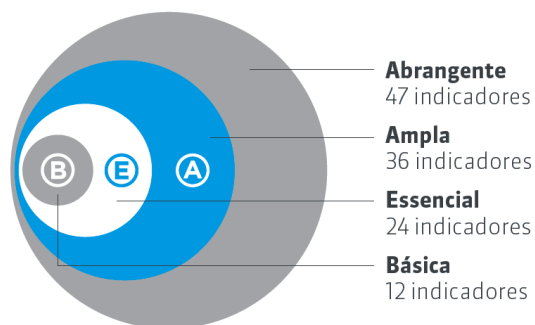


Figura 6 – Opções de Aplicação dos Indicadores Ethos

Fonte: Ethos (2013)

Os 47 indicadores são organizados em 18 subtemas, que por sua vez são organizados em 8 temas que compõem as 4 dimensões.



Figura 7 – Dimensões dos Indicadores Ethos

Fonte: Ethos (2013)

Dimensão	Tema	Subtema	Nº	Indicador		
Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	1	Estratégias para a sustentabilidade		
			2	Proposta de Valor		
			3	Modelo de Negócios		
Governança e Gestão	Governança Organizacional	Governança e Conduta	4	Código de Conduta		
			5	Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)		
			6	Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/ Sustentabilidade		
			7	Engajamento das Partes Interessadas		
		Prestação de Contas	8	Relações com Investidores e relatórios financeiros		
			9	Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados		
			10	Comunicação com Responsabilidade Social		
			Práticas de Operação e Gestão	Concorrência Leal	11	Concorrência Leal
				Práticas Anticorrupção	12	Práticas Anticorrupção
				Envolvimento Político Responsável	13	Contribuições para Campanhas Políticas
	14	Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas				
	Sistemas de Gestão	15		Gestão Participativa		
		16	Sistema de Gestão Integrado			
		17	Sistema de Gestão de Fornecedores			
		18	Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos			
		19	Gestão da RSE/ Sustentabilidade			
	Social	Direitos Humanos	Situações de Risco para os Direitos Humanos	20	Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos	
				21	Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos	
				22	Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia de Suprimentos	
Ações Afirmativas			23	Promoção da Diversidade e Equidade		
Práticas de Trabalho		Relações de Trabalho	24	Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)		
			25	Relações com Sindicatos		
		Desenvolvimento Humano, Benefícios e Treinamento	26	Remuneração e Benefícios		
			27	Compromisso com o Desenvolvimento Profissional		
			28	Comportamento frente a Demissões e Empregabilidade		
		Saúde e Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida	29	Saúde e Segurança dos Empregados		
			30	Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho		
Questões relativas ao consumidor			Respeito ao Direito do Consumidor	31	Relacionamento com o Consumidor	
		Consumo Consciente	32	Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços		
			33	Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente		
Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento		Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento	34	Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade		
			35	Compromisso com o Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais		
	36		Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores			
Ambiental	Meio Ambiente	Mudanças Climáticas	37	Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas		
			38	Adaptação às Mudanças Climáticas		
		Gestão e Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade	39	Sistema de Gestão Ambiental		
			40	Prevenção da Poluição		
			41	Uso Sustentável de Recursos: Materiais		
			42	Uso Sustentável de Recursos: Água		
			43	Uso Sustentável de Recursos: Energia		
			44	Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais		
			45	Educação e Conscientização Ambiental		
		Impactos do Consumo	46	Impactos do Transporte, Logística e Distribuição		
			47	Logística Reversa		

Quadro 6 – Conjunto de Indicadores Ethos

Fonte: Ethos (2013)

Os indicadores presentes no sistema não visam acompanhamento quantitativo dos resultados em sustentabilidade da empresa, apresentando

um caráter qualitativo dentro dos estágios de evolução da organização. O quadro abaixo ilustra o modelo do questionário presente nos Indicadores Ethos:

TÍTULO DO INDICADOR: Visão e Estratégia
 NAVEGADOR: Dimensão/Tema/Subtema: Modelo de Negócios
 COR INDICA DIMENSÃO: 03
 INDICADOR: 03
 RELAÇÃO DOS CONTEÚDOS: Ampliado e Essencial

ESTÁGIOS: ESTÁGIO 1, ESTÁGIO 2, ESTÁGIO 3, ESTÁGIO 4, ESTÁGIO 5
 DESCRIÇÃO DOS ESTÁGIOS: Em relação ao assunto, a empresa atende a legislação, quando pertinente, e/ou trata o tema de forma incipiente. / Em relação ao assunto, a empresa desenvolve iniciativas e implementa práticas correntes. / Em relação ao assunto, a empresa adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores. / Em relação ao assunto, a empresa mensura os benefícios de sua gestão e os considera nas tomadas de decisão e na gestão de riscos (incluindo a cadeia de valor). / Em relação ao assunto, a empresa passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas.
 ESCOLHA O ESTÁGIO MAIS APROPRIADO: ESTÁGIO 3

ESTÁGIO	CUMPRIMENTO E/OU TRATATIVA INICIAL	sim	não
ESTÁGIO 1 Em relação ao assunto, a empresa atende a legislação, quando pertinente, e/ou trata o tema de forma incipiente.	3.1.1 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	3.1.2 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ESTÁGIO 2 Em relação ao assunto, a empresa desenvolve iniciativas e implementa práticas correntes.	3.2.1 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	3.2.2 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ESTÁGIO 3 Em relação ao assunto, a empresa adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores.	3.3.1 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	3.3.2 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ESTÁGIO 4 Em relação ao assunto, a empresa mensura os benefícios de sua gestão e os considera nas tomadas de decisão e na gestão de riscos (incluindo a cadeia de valor).	3.4.1 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	3.4.2 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ESTÁGIO 5 Em relação ao assunto, a empresa passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas.	3.5.1 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	3.5.2 Prática que evidencia o estágio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A empresa tem uma prática que não está contemplada nestas questões binárias, que justifica a escolha do estágio? Em caso positivo, descrever: A empresa não se identifica em nenhum estágio. Este indicador não tem aplicação na empresa. Justificar:

15

Quadro 7 – Modelo de Questionário dos Indicadores Ethos

Fonte: Ethos (2013)

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – BM&F-BOVESPA)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico é de responsabilidade do Centro de Estudos em

Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (BM&F-BOVESPA, 2013). Tem como missão induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis (*Idem*, 2014).

O ISE também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (*Ibidem*).

O ISE trabalha sob a ótica de alguns pressupostos e objetivos estratégicos, listados abaixo (*Ibidem*):

- Buscar constante alinhamento com os temas e desafios globais da sustentabilidade;
- Promover a melhoria contínua das estratégias e práticas empresariais em sustentabilidade.

Objetivos estratégicos para quinquênio 2011-2015
1. Ampliar a abertura de informações ao mercado
2. Aumentar a participação das empresas no processo de seleção
3. Aumentar o volume de recursos investidos e produtos atrelados ao ISE e torná-lo um <i>benchmark</i> de investimentos
4. Fortalecer os canais de comunicação e diálogo com as partes interessadas
5. Trabalhar pelo aperfeiçoamento do escopo e processos de elaboração do questionário

Quadro 8 – Objetivos estratégicos do ISE para o quinquênio 2011-2015

Fonte: BM&F-BOVESPA (2014)

Para os ativos das empresas constarem no ISE, devem atender cumulativamente a cinco critérios (BM&F-BOVESPA, 2014):

1. Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ocupem as 200 primeiras posições.
2. Ter presença em pregão de 50% no período de vigência das 3 carteiras anteriores.
3. Não ser classificado como *Penny Stock* segundo Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA.
4. Atender aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE.
5. Uma vez que um ativo de uma empresa atenda aos critérios de inclusão acima, todas as espécies de sua emissão participarão da carteira do índice, desde que estejam entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 99% do somatório total desses indicadores.

Assim que incluídos no ISE, os ativos podem ser excluídos caso apresentem um dos três critérios abaixo (*Ibidem*):

1. Deixar de atender a qualquer um dos critérios de inclusão (apresentados acima).

2. Durante a vigência da carteira passem a ser listados em situação especial, segundo Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da BM&FBOVESPA.
3. Caso forem de emissão de uma empresa cujo desempenho de sustentabilidade, no entendimento do Conselho Deliberativo do ISE (CISE), tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento ocorrido durante a vigência da carteira. Nesse caso, os ativos serão excluídos, a qualquer momento, por deliberação do CISE.

O GVces desenvolveu a metodologia, que se baseia em um questionário para avaliar o desempenho em sustentabilidade das companhias emissoras das 200 ações mais negociadas da BM&FBOVESPA. Esse questionário é bem abrangente e considera o desempenho da companhia em sete dimensões que avaliam, entre outros, elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de forma integrada. Às dimensões ambiental, social e econômica foram acrescentados outros conjuntos de indicadores.

Na dimensão Geral, são avaliadas práticas como o comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável e perante acordos globais; bem como sua transparência, revelada pela divulgação das respostas do questionário e a elaboração de relatório de sustentabilidade. Na dimensão Natureza do Produto, são consideradas, entre outras, questões relativas aos possíveis danos e riscos à saúde dos consumidores e de terceiros, provocados pela utilização de produtos ou serviços da empresa. Há ainda uma dimensão inteira sobre Governança Corporativa e o que se entende como o estado da arte nesse tema. Mais recentemente, o tema das mudanças climáticas foi aprofundado, tendo migrado para uma dimensão que busca avaliar o compromisso, as estratégias, a gestão de riscos e as oportunidades advindas das mudanças climáticas já em curso no planeta.

Todas as dimensões são subdivididas em um conjunto de critérios e estes em indicadores. As dimensões Ambiental, Social, Econômico-financeira e de Mudanças Climáticas seguem um mesmo padrão, sendo divididas em quatro critérios: a) Política (indicadores de comprometimento); b) Gestão

(indicadores de programas, metas e monitoramento); c) Desempenho; e d) Cumprimento Legal (reporte, no caso da dimensão climática). No que se refere à dimensão Ambiental, há uma diferenciação dos questionários em função da atividade da empresa e seus impactos diferenciados no meio ambiente.

O preenchimento do questionário – que tem apenas questões objetivas – é voluntário e demonstra o comprometimento da empresa com as questões de sustentabilidade, consideradas cada vez mais importantes por investidores. Após o envio das respostas, as empresas devem apresentar documentos corporativos que comprovem, de forma amostral, as respostas assinaladas. As respostas das empresas geram seu desempenho quantitativo, enquanto que os documentos corporativos geram o desempenho qualitativo. Juntos, tais desempenhos compõem uma matriz de resultados, que serve de base para avaliação do Conselho Deliberativo do ISE (CISE) e decisão sobre o grupo de empresas que irão compor a carteira, considerando o limite de 40 empresas.

Quanto à formulação das perguntas, constata-se que o questionário recebe melhorias a cada nova versão. As audiências públicas com representantes de vários setores da sociedade, a multiplicidade de órgãos influenciadores no Conselho do ISE e a crescente adesão das empresas formam um conjunto de fatores que fazem com que os questionamentos sejam cada vez mais fidedignos, pela cobrança de provas documentais para as respostas das companhias (BEATO et. al., 2009).

Originalmente, a vigência da carteira era de 1º de dezembro do ano em curso até 30 de novembro do ano seguinte. Em 2011, esse período foi alterado, passando a ter início na primeira segunda-feira de janeiro (ou dia útil posterior, caso não haja negociações no segmento BOVESPA nesse dia) até o dia anterior da entrada em vigor da nova carteira, em janeiro do ano seguinte. Além da reavaliação de janeiro, quando são efetuadas alterações na composição da carteira, ocorrem mais duas reavaliações: em maio e em setembro (BM&F-BOVESPA, 2014).

AES Tietê	BRF	Coelce	Ecorodovias	Even	Itausa	OI	Telefonica
Banco do Brasil	CCR	Copasa	EDP	Fibria	Klabin	Sabesp	TIM
BicBanco	Cemig	Copel	Elektrobras	Fleury	Light	Santander	Tractebel
Bradesco	Cesp	CPFL	Eletropaulo	Gerdau	MET Gerdau	SulAmerica	Vale
Braskem	Cielo	Duratex	Embraer	Itaú-Unibanco	Natura	Suzano	WEG

Quadro 9 – Composição da Carteira ISE 2014

Fonte: BM&F-BOVESPA (2014)

Um dos problemas levantados pelo mercado e reconhecido pelos próprios gestores do ISE é a excessiva concentração nos setores bancário e petroquímico, o que tem influenciado, inclusive, na rentabilidade do índice (BEATO et. al., 2009). Quanto à rentabilidade dos índices que levam em consideração os aspectos socioambientais em relação àqueles que não levam, ainda percebe-se falta de unanimidade quanto sua eficácia. Alguns trabalhos avaliaram a evolução do ISE em comparação ao principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (o Ibovespa), tendo resultados divergentes ao longo dos últimos anos.

Segundo Rezende et. al. (2008), o índice de sustentabilidade empresarial não possuiu melhor retorno que outros índices de ações, por selecionarem empresas considerando o conceito de sustentabilidade empresarial, que considera o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico como premissas para benefícios financeiros e vantagens competitivas. Já numa avaliação de três anos, Beato et. al. (2009) demonstraram que os índices de sustentabilidade foram mais rentáveis, mesmo com desempenho inferior no segundo ano, superando o Ibovespa. Abaixo, apresenta-se tabela com a variação anual dos índices de fechamento do ISE, desde sua criação até setembro de 2014. Como podemos observar, existem variações de rentabilidade que dependem do mercado e que devem ser objeto de novos estudos.

Tabela 1 – Variação anual dos Índices de Fechamento do ISE - 2005-2014

Ano	Índice de Fechamento Nominal	Variação Anual Nominal
1/11/2005	1.000,00	
2005	1.040,08	4,01
2006	1.433,42	37,82
2007	2.011,81	40,35
2008	1.185,19	-41,09
2009	1.972,04	66,39
2010	2.087,30	5,84
2011	2.018,94	-3,28
2012	2.432,53	20,49
2013	2.479,61	1,94
2014(*)	2.517,01	1,51

Nota: atualização mensal

(*) até setembro

Fonte: BM&F-BOVESPA (2014)

Independentemente dos resultados de rentabilidade, é certo que o índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa tornou-se referência para o mercado brasileiro em relação à incorporação de critérios de sustentabilidade nas empresas nacionais (BEATO et. al., 2009), sendo também notório que trata-se de um investimento empresarial de longo prazo e que certamente provocam externalidades positivas na sociedade.

ABNT NBR ISO 26.000: 2010 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social

A *International Organization for Standardization* (ISO) foi criada oficialmente em 1947, por uma iniciativa de 25 países, com o objetivo de facilitar a coordenação e unificação, no âmbito internacional, de normas industriais. Sediada em Genebra, a ISO se constitui, atualmente, na maior organização do mundo de desenvolvimento de normas técnicas internacionais. É uma organização não governamental, integrada pelos principais organismos nacionais de normalização, tendo um representante por país, contando, atualmente, com 153 membros. A Organização Mundial do Comércio (OMC)

possui uma parceria estratégica com a ISO, no sentido de promover um sistema mundial de comércio em bases igualitárias. Os signatários do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) se comprometeram a promover e utilizar normas internacionais do tipo das desenvolvidas pela ISO, que proporcionam uma linguagem técnica comum entre fornecedores e clientes. As normas das famílias ISO 9000 (sistemas de gestão da qualidade) e ISO 14000 (sistemas de gestão ambiental) estão entre as mais amplamente conhecidas e bem sucedidas normas já elaboradas. As normas ISO 9000 se tornaram uma referência internacional para os requisitos de qualidade e as normas ISO 14000 ajudam as organizações a vencerem seus desafios ambientais (MELO, 2006).

Segundo Ursini & Sekiguchi (2005 apud MELO, 2006), com base na demanda mundial sobre o tema Responsabilidade Social, o Conselho da ISO convidou seu Comitê de Política do Consumidor (COPOLCO), em maio de 2001, a considerar a viabilidade de normas internacionais nessa área. Após um ano de estudo, o COPOLCO sugeriu ao *Technical Management Board* da ISO (ISO/TMB) – comitê técnico que delibera as principais resoluções da ISO – que fosse criado um grupo de especialistas no tema, encarregado de recomendar à ISO se ela deveria ou não prosseguir na elaboração de uma norma de Responsabilidade Social. Este grupo foi denominado *Strategic Advisory Group* (SAG). O SAG finalizou em abril de 2004 o relatório *Working Report on Social Responsibility* após uma série de pesquisas, discussões e reuniões em âmbito internacional. Esse relatório buscou trazer o estado da arte da Responsabilidade Social no mundo e os principais pontos a serem considerados pela ISO nesta área. Foram destacados os dois aspectos abaixo:

- 1) Tópicos relacionados à normalização da Responsabilidade Social: necessidade ou não da normalização; custos e benefícios; iniciativas já existentes neste campo; integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais; integração dos instrumentos legais e outros requisitos; normalização de processos ou desempenho e aplicação de normas e Responsabilidade Social nos diversos setores.

- 2) Capacidade da ISO desenvolver um trabalho na área de Responsabilidade Social: discussão sobre a competência da ISO para desenvolver uma norma de Responsabilidade Social; qual o conhecimento que a ISO deveria desenvolver nesse campo; quais partes interessadas deveriam ser envolvidas no processo; como a ISO deveria relacionar-se com as demais iniciativas existentes no campo da Responsabilidade Social e outras questões.

A partir das contribuições do SAG, decidiu-se realizar a Conferência Internacional da ISO sobre Responsabilidade Social, que ocorreu em Estocolmo, Suécia, em junho de 2004. Esta Conferência teve por objetivo discutir os pontos apresentados pelo SAG e aprofundar o debate com a comunidade internacional e países membros, visando a construção de um consenso em relação à Responsabilidade Social e sua normalização. Participaram desta conferência cerca de 350 pessoas de 66 países, incluindo 33 países em desenvolvimento, representantes de diversas partes interessadas, como institutos de normalização, empresas, governos, trabalhadores, consumidores, acadêmicos, organizações não governamentais, entre outros. Após a Conferência Internacional de Estocolmo, o ISO/TMB estabeleceu a Resolução ISO/TMB 35/2004, na qual confirmou a recomendação do SAG sobre a necessidade do desenvolvimento de uma norma. Finalmente a resolução informou que os trabalhos deveriam ser liderados por uma parceria entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento. O ISO/TMB elaborou uma proposta formal de desenvolvimento da norma de diretrizes internacional de Responsabilidade Social, o *New Work Item Proposal on Social Responsibility* e submeteu à votação de todos os seus países membros. Foi definido então que o grupo responsável pela coordenação mundial dos trabalhos, o Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO (ISO/TMB WG) seria liderado em conjunto pelas entidades normalizadoras de um país industrializado (o Instituto Sueco de Normalização ou SIS - *Swedish Standards Institute*) e de um país "em desenvolvimento" (a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas). Assim, em decisão histórica, juntamente com a Suécia, o Brasil passou a

presidir e secretariar de maneira compartilhada o ISO/TMB WG de Responsabilidade Social da ISO. Inaugurou-se, com isso, o processo de elaboração da chamada “terceira geração de normas”, após as séries ISO 9000 (gestão da qualidade) e ISO 14000 (gestão ambiental).

A norma ABNT ISO 26000, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas foi publicada em 2010 e estabelece que a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica num comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas. Lançada em 2010, é uma norma de diretrizes e de uso voluntário; não visa e nem é apropriada para fins de certificação (ABNT, 2013).

Uma de suas características centrais é a presença do princípio de Engajamento das partes interessadas, demonstrando um esforço em garantir à norma a manutenção da gestão socialmente responsável, fator de extrema importância, uma vez que a norma se constitui numa potencial referência mundial (MELO; GOMES, 2006). Esse engajamento abre o diálogo com públicos nunca ou pouco explorados antes pelas organizações, tendendo a gerar maior benefício difuso de cada atividade. A figura abaixo demonstra o modelo de relação entre a organização, suas partes interessadas e a sociedade.



Figura 8 – Relação entre a organização e suas partes interessadas sob a ISO 26000

Fonte: ABNT (2010)

A Norma é estruturada por sete seções que determinam: Escopo, Termos e Definições, Compreensão da Responsabilidade Social, Princípios da Responsabilidade Social, Práticas Fundamentais de Responsabilidade Social, Temas Centrais de Responsabilidade Social e Integração da Responsabilidade Social em toda a organização (ver Figura 9 e Quadro 10).

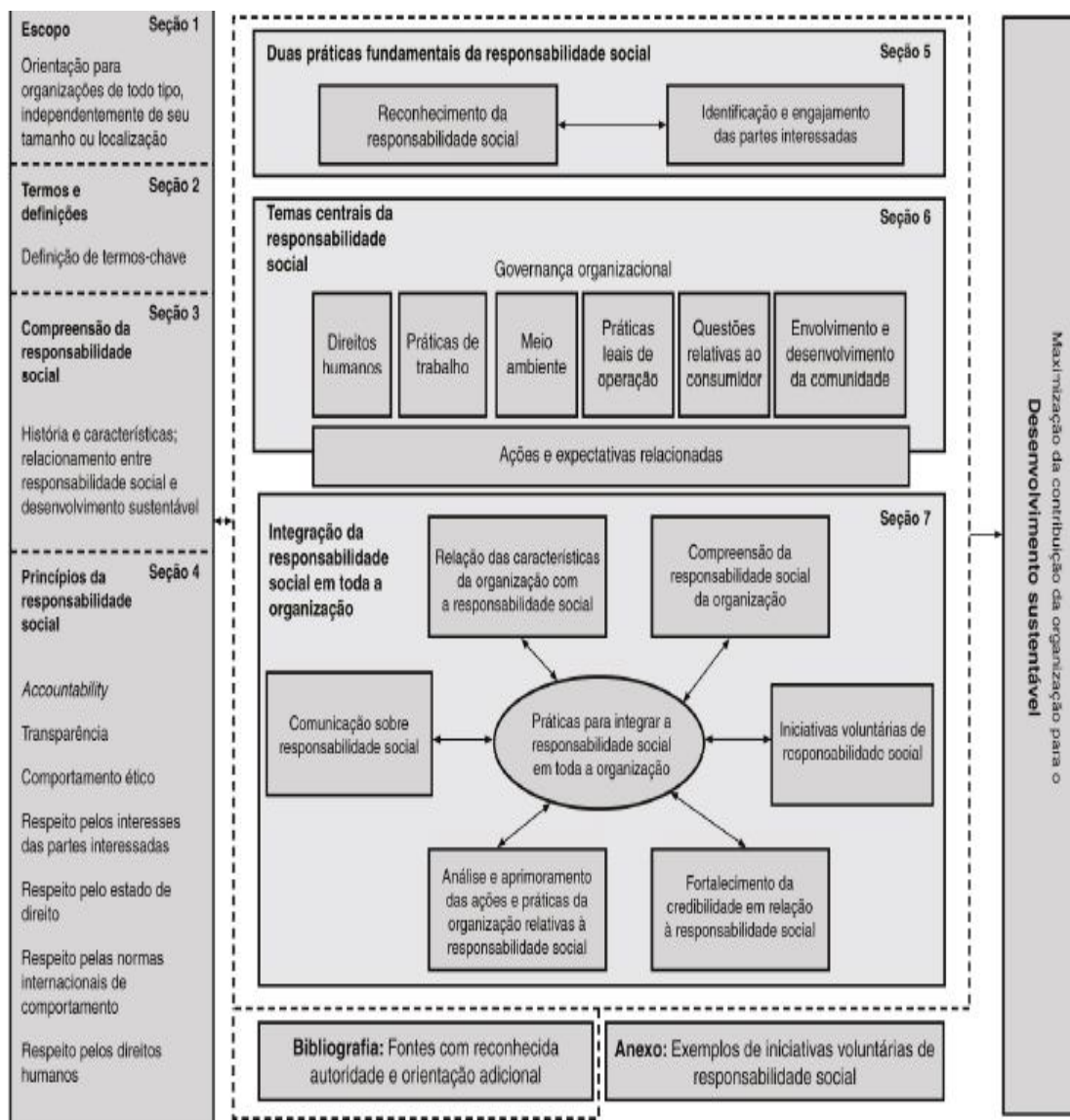


Figura 9 – Visão geral esquemática da ISO 26000

Fonte: ABNT (2010)

Título da Seção	Número da Seção	Descrição do conteúdo da Seção
Escopo	Seção 1	Define o escopo desta Norma e identifica certas limitações e exclusões.
Termos e definições	Seção 2	Identifica e fornece a definição de termos-chave de importância fundamental para a compreensão da responsabilidade social e o uso desta Norma.
Compreensão da responsabilidade social	Seção 3	Descreve os fatores e condições importantes que influenciaram o desenvolvimento da responsabilidade social e que continuam a afetar sua natureza e prática. Descreve também o próprio conceito de responsabilidade social – seu significado e aplicação em organizações. A Seção inclui orientações para organizações de pequeno e médio portes sobre o uso desta Norma.
Princípios da responsabilidade social	Seção 4	Introduz e explica os princípios da responsabilidade social.
Reconhecimento da responsabilidade social e engajamento de partes interessadas	Seção 5	Aborda duas práticas de responsabilidade social: o reconhecimento da organização de sua responsabilidade social e a identificação e engajamento de suas partes interessadas. Fornece orientações sobre a relação entre uma organização, suas partes interessadas e a sociedade, sobre o reconhecimento dos temas e questões centrais de responsabilidade social e sobre a esfera de influência da organização.
Orientações sobre temas centrais da responsabilidade social	Seção 6	Explica os temas centrais e questões associadas referentes a responsabilidade social (ver Tabela 2). Para cada tema central, são fornecidas informações sobre seu escopo, sua relação com a responsabilidade social e respectivos princípios e considerações, ações e expectativas.
Orientações sobre a integração da responsabilidade social em toda a organização	Seção 7	Fornece orientações sobre como colocar a responsabilidade social em prática em uma organização. Isso inclui orientações relacionadas a: compreender a responsabilidade social da organização, integrar a responsabilidade social em toda a organização, comunicar sobre responsabilidade social, melhorar a credibilidade da organização em relação à responsabilidade social, analisar o progresso, melhorar o desempenho e avaliar iniciativas voluntárias em responsabilidade social.

Quadro 10 – Estrutura da ABNT NBR ISO 26000

Fonte: ABNT (2010)

Os seis temas centrais presentes na norma foram divididos em “questões”, no sentido amplo, referenciando-se a subtemas ou aspectos. Essas questões (ou subtemas) devem ser atendidos pelas organizações por meio de práticas para integrar a Responsabilidade Social na ação.

Temas centrais e questões
Tema central: Governança organizacional
Tema central: Direitos humanos
Questão 1: <i>Due diligence</i>
Questão 2: Situações de risco para os direitos humanos
Questão 3: Evitar cumplicidade
Questão 4: Resolução de queixas
Questão 5: Discriminação e grupos vulneráveis
Questão 6: Direitos civis e políticos
Questão 7: Direitos econômicos, sociais e culturais
Questão 8: Princípios e direitos fundamentais no trabalho
Tema central: Práticas de trabalho
Questão 1: Emprego e relações de trabalho
Questão 2: Condições de trabalho e proteção social
Questão 3: Diálogo social
Questão 4: Saúde e segurança no trabalho
Questão 5: Desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho
Tema central: Meio ambiente
Questão 1: Prevenção da poluição
Questão 2: Uso sustentável de recursos
Questão 3: Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
Questão 4: Proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de habitats naturais
Tema central: Práticas leais de operação
Questão 1: Práticas anticorrupção
Questão 2: Envolvimento político responsável
Questão 3: Concorrência leal
Questão 4: Promoção da responsabilidade social na cadeia de valor
Questão 5: Respeito ao direito de propriedade
Tema central: Questões relativas ao consumidor
Questão 1: <i>Marketing</i> leal, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas
Questão 2: Proteção à saúde e segurança do consumidor
Questão 3: Consumo sustentável
Questão 4: Atendimento e suporte ao consumidor e solução de reclamações e controvérsias
Questão 5: Proteção e privacidade dos dados do consumidor
Questão 6: Acesso a serviços essenciais
Questão 7: Educação e conscientização
Tema central: Envolvimento e desenvolvimento da comunidade
Questão 1: Envolvimento da comunidade
Questão 2: Educação e cultura
Questão 3: Geração de emprego e capacitação
Questão 4: Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias
Questão 5: Geração de riqueza e renda
Questão 6: Saúde
Questão 7: Investimento social

Quadro 11 – Temas Centrais e Questões de Responsabilidade Social da ISO 26000

Fonte: ABNT (2010)

Quanto aos possíveis benefícios da ISO 26000, pode-se considerar como um dos principais a disseminação dos princípios da Responsabilidade Social, bem como as maneiras de se implementar a mesma, fatores que contribuem para a formação de novos valores a serem propagados nas organizações e nos seus respectivos *stakeholders* (MELO; GOMES, 2006).

Em relação às possíveis limitações da norma, verifica-se a necessidade de um monitoramento para que a mesma seja genérica demais. Um outro ponto que merece atenção é o cuidado com a inserção de práticas que possam ser inviáveis de serem implantadas nas pequenas e médias empresas, ou que possam aumentar de maneira significativa o custo dos produtos e serviços (*Ibidem*). Outros pontos ressaltados por Melo (2006) são a motivação para adesão, sendo estritamente comercial, e a dificuldade em comprovar a adesão à ISO 26000 por não ser uma norma certificável. Portanto, as organizações que desejam demonstrar estar em conformidade com a mesma, enfrentam dificuldades em comprovar a adesão à norma, podendo acarretar na diminuição do interesse das organizações em adotá-la.

5.2 ANÁLISE COMPARATIVA E RESULTADOS

Como base para qualquer Sistema de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável (SMDS), o conceito de Sustentabilidade é apresentado em todos os sistemas objeto deste estudo conforme avaliação qualitativa dos conteúdos oficiais publicados. Neste sentido, é apresentado no quadro abaixo a síntese do conceito foco, de maneira individualizada para cada um dos SMDS.

SMDS	Foco do Conceito de Sustentabilidade
GRI	Equilíbrio nas complexas relações atuais entre necessidades econômicas, ambientais e sociais que não comprometa o desenvolvimento futuro (resultado triplo).

DJI	Uma abordagem de negócios que cria valor de longo prazo aos acionistas por meio do aproveitamento das oportunidades e do gerenciamento dos riscos derivados dos desenvolvimentos econômico, social e ambiental.
ETO	A Responsabilidade Social Empresarial é encontrar uma forma de gerenciar os negócios atendendo às exigências de competitividade, contemplando aspectos do desenvolvimento sustentável e atendendo a reivindicações da sociedade civil e não está restrita às ações da empresa com a comunidade, implicando também no diálogo e gestão que resultem na qualidade do seu relacionamento com os demais públicos envolvidos: empregados, consumidores, clientes, fornecedores, meio ambiente, governo e sociedade.
ISE	Eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, visa ampliar o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos numa perspectiva de longo prazo.
ISO	Desenvolvimento que integra as necessidades do presente sem

comprometer a habilidade de futuras gerações a também integrar suas próprias necessidades. Refere-se a integração de objetivos de alta qualidade de vida, saúde, e prosperidade com justiça social e manutenção da capacidade suporte da Terra em todas suas diversidades.

Quadro 12 – Conceito de Sustentabilidade nos SMDS estudados

Fonte: Autor

Onde:

GRI = *Global Reporting Initiative*.

DJI = Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

ETO = Indicadores Ethos.

ISE = Índice de Sustentabilidade BM&F-Bovespa.

ISO = Norma ABNT NBR ISO 26.000:2010.

Com a análise das definições de sustentabilidade para cada um dos SMDS, verificou-se a convergência entre os sistemas no uso do conceito de resultado triplo – equilíbrio dos impactos econômico, social e ambiental que não comprometa o desenvolvimento futuro – do Relatório Brundtland (WCED, 1987). Tendo essa percepção, sugere-se que apesar das formas distintas, os sistemas tendem a apresentar pontos em comum e complementares, pois em última análise partilham do objetivo de propiciar melhora na gestão para organizações com o foco na sustentabilidade, sendo este um conceito muito próximo como observado na tabela acima. Contudo, a forma de cada SMDS é distinta e para uma análise de complementariedade seria necessário identificar os diferentes níveis de desdobramento do conceito de sustentabilidade, até seu menor nível dentro do sistema.

Para tal, cada um dos sistemas foi criteriosamente analisado para se obter a forma de desdobramento, chamados de fatores operacionais. Portanto, fatores operacionais são os níveis de desdobramento dos Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável, partindo de seu conceito mais abrangente até seu menor grau de interação. O Quadro 13 apresenta os resultados avaliados. Importante ressaltar que apesar de alguns nomes distintos, buscou-se compilar conteúdos similares para cada um dos níveis, dando visibilidade a estruturação de hierarquização de cada um dos sistemas.

SMDS	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7
GRI	-	-	Dimensão	Categoria	Aspecto	-	Indicadores
DJI	-	Índice	Dimensão	Critério	-	Perguntas	-
ETO	-	-	Dimensão	Temas	Subtemas	Questões	-
ISE	Princípios	Índice	Dimensão	Critério	Grupo de Indicadores	Perguntas	-
ISO	Princípios	-	Práticas Fundamentais	Temas	Questões	Práticas	-

Quadro 13 – Níveis de Fatores Operacionais dos SMDS estudados

Fonte: Autor

Onde:

GRI = *Global Reporting Initiative*.

DJI = Índice Dow Jones de Sustentabilidade

ETO = Indicadores Ethos.

ISE = Índice de Sustentabilidade BM&F-Bovespa

ISO = Norma ABNT NBR ISO 26.000:2010

A análise permite verificar que o sistema GRI apresenta nível mais avançado no desdobramento de suas metas, até o detalhamento dos indicadores propostos. Já os demais SMDS estudados apresentam nível

menos avançado no cascadeamento das metas, todavia ainda com diferença entre eles. O menor nível observado nesses sistemas remete às "*perguntas*" ou "*práticas*" como no caso da ISO 26000, que refletem às ações declaradas da organização. Apesar do mesmo nível, percebeu-se nessa análise que os sistemas Índice Dow Jones de Sustentabilidade e ISE não sinalizam em seu conteúdo o desdobramento da visão de Sustentabilidade em metas concretas para as empresas, diferentemente dos sistemas Ethos e ISO 26.000, que voluntariamente sugerem maior integração de ações na rotina organizacional.

Após a distinção dos Fatores Operacionais dos SMDS, a análise de complementariedade foi realizada para a Dimensão Ambiental, com análise minuciosa de cada manual e seus documentos oficiais.

Foram encontrados e categorizados 41 subtemas divididos em 9 temas (ver Quadro 14 abaixo).

<i>Dimensão</i>	<i>Temas (aspectos)</i>	<i>Subtemas</i>	Sistema de Mensuração				
			GRI	ETO	ISE*	DWJ	ISO
Ambiental	Materiais	Materiais Utilizados	X	X			X
		Percentual de Materiais Recicláveis Utilizados	X	X	X		X
	Energia	Energia Consumida dentro da Organização	X	X	X	X	X
		Energia Consumida fora da Organização	X	X			
		Intensidade de Energia	X	X			
		Redução de Energia Consumida	X	X	X		X
		Redução de Energia exigida em Produtos e Serviços	X	X			X
	Água	Total de Água Extraída	X	X	X	X	X
		Fontes de Água significativamente afetadas pela extração de água	X	X			
		Percentual e Total de Água Reciclada ou reutilizada	X	X	X		
	Biodiversidade	Áreas de Alto valor de Biodiversidade	X	X			
		Descrição de Impactos em Áreas de alto valor em Biodiversidade	X	X	X		X
		Habitats protegidos ou restaurados	X	X	X		X

		Número de Espécies em Extinção em áreas afetadas pelas operações	X	X			
	Emissões	Emissões GEE Escopo 1	X	X		X	X
		Emissões GEE Escopo 2	X	X		X	X
		Emissões GEE Escopo 3	X	X			X
		Intensidade de Emissões GEE	X	X			X
		Redução de Emissões de GEE	X	X			X
		Emissões de ODS	X				
		Nox, Sox e Outras Emissões	X				X
	Efluentes e Resíduos	Total de Efluente Líquido disposto por qualidade e destinação	X		X		X
		Total de Resíduos dispostos por tipo e forma de disposição	X		X	X	X
		Número e Volume de Derramamentos	X				X
		Volume de resíduos perigosos	X				X
		Logística Reversa		X			
		Identificação das áreas afetadas por lançamento de efluentes e <i>run-off</i>	X				
	Produtos e Serviços	Extensão dos Impactos Ambientais mitigados de produtos e serviços	X		X		

		Porcentagem de produtos vendidos em embalagens regeneradas por categoria	X				
	Avaliação Ambiental de Fornecedores	Total de Novos Fornecedores que foram selecionados com critérios de Meio Ambiente	X				
		Impactos Ambientais Significativos na Cadeia de Valor e ações executadas	X		X		
	Geral	Total de multas por infrações ambientais	X		X		
		Impactos Ambientais Significativos pelo Transporte	X	X			
		Política Ambiental			X	X	
		Prevenção da Poluição		X	X		X
		Reporte Ambiental			X	X	
		Educação e Conscientização Ambiental		X			
		Sistema de Gestão Ambiental		X	X	X	
		Total de Investimentos em Meio Ambiente	X				
		Número de Reclamações recebidas e tratadas por mecanismos formais	X				X
		Seguro Ambiental			X		

Quadro 14 – Matriz de Complementariedade da Dimensão Ambiental dos SMDS¹

¹ * ISE: Dimensão Ambiental – GRUPO A, utilizada como referência.

Fonte: Autor

Onde:

GRI = *Global Reporting Initiative*.

DJI = Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

ETO = Indicadores Ethos.

ISE = Índice de Sustentabilidade BM&F-Bovespa.

ISO = Norma ABNT NBR ISO 26.000:2010.

Diante do exposto na matriz de complementariedade, podemos observar que a abordagem dos diferentes SMDS varia em profundidade. Todavia, alguns dos subtemas elencados apresentam grande aderência.

Subtemas presentes nos cinco SMDS:

- Energia Consumida dentro da Organização;
- Total de Água extraída.

Subtemas presentes em quatro SMDS:

- Resíduos gerados e sua disposição;
- Percentual de materiais recicláveis utilizados;
- Redução de energia consumida;
- Descrição de impactos em áreas de alto valor em Biodiversidade;
- Habitats protegidos ou restaurados;
- Total de resíduos dispostos por tipo e forma de disposição;
- Emissões GEE Escopo 1;
- Emissões GEE Escopo 2.

Os temas acima apresentados representam 24,39% do total, ou seja, quase $\frac{3}{4}$ ou 75% dos subtemas ainda apresentam considerável variação entre os SMDS. Claramente, os temas mais comuns aos SMDS representam os temas mais latentes na Dimensão Ambiental sob a ótica do interesse difuso com impacto causado pelas organizações.

Historicamente, a gestão do consumo de água e energia está diretamente relacionada com o passado de eficiência ambiental nas organizações, portanto temas mais consolidados e que receberam maior atenção dos gestores e da sociedade em geral. A hipótese de que estes temas deveriam ter maior atenção e consequente investimento das organizações poderia ser testada.

Sob a luz de comparação entre os SMDS, a tendência observada na definição dos Níveis de Fatores Operacionais pôde ser confirmada com a matriz de complementariedade. De forma muito despontada, o Sistema GRI se posiciona como o mais completo, não apenas em número de subtemas que envolve, mas também pelo critério quantitativo desta avaliação. Muito provavelmente deve-se ao fato de ter um viés de comunicação externa e transparência das organizações com suas partes interessadas. Num segundo patamar, podemos classificar os Sistemas Indicadores Ethos e ISO 26000, que de forma mais qualitativa compreendem cerca de 50% do campo amostral de subtemas. Nitidamente ambos sistemas apresentam viés de gestão interna e otimização dos processos de gestão. Num terceiro patamar podemos classificar os Sistemas ISE e Dow Jones Index; justamente os sistemas vinculados aos mercados financeiros. Surgindo, portanto, uma nova hipótese para análise de trabalhos futuros.

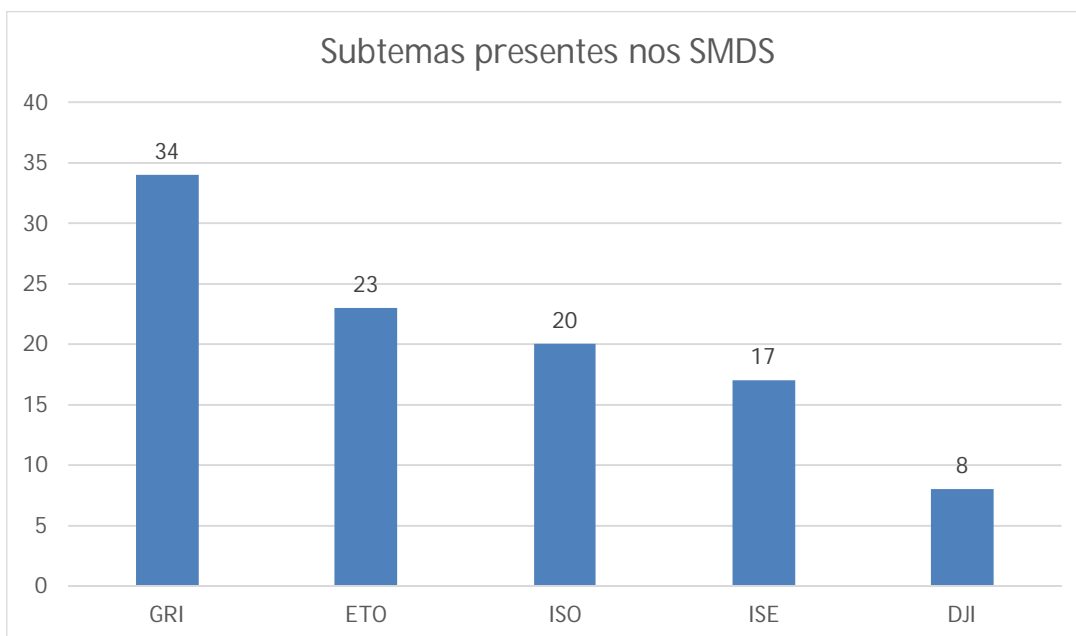


Gráfico 1 – Distribuição de Subtemas por SMDS

Fonte: Autor

Onde:

GRI = *Global Reporting Initiative*.

DJI = Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

ETO = Indicadores Ethos.

ISE = Índice de Sustentabilidade BM&F-Bovespa.

ISO = Norma ABNT NBR ISO 26.000:2010.

Pode-se inferir que os diferentes objetivos dos sistemas geram diferentes formas de abordagem e conseqüentemente diferentes resultados na gestão organizativa no campo da Sustentabilidade Empresarial. Quanto maior a aderência à real transparência e às diferentes partes interessadas, maior é o grau de profundidade do SMDS em seus fatores operacionais.

Portanto, para a correta utilização do sistema, a organização deve ter claro qual o objetivo fim e os resultados esperados na escolha de cada sistema, tanto do ponto de vista da gestão interna, quanto do atendimento, às expectativas dos principais *stakeholders*.

6 CONCLUSÕES

A partir de toda avaliação proposta, este estudo consegue mostrar que a primeira característica fundamental de um sistema de mensuração da sustentabilidade corporativa é a existência de um conceito ou visão de sustentabilidade norteador, sendo este o alicerce para a delimitação do seu conteúdo, e seu desdobramento em metas. A avaliação comparativa entre os diferentes sistemas estudados demonstra também importante convergência no uso do conceito do resultado triplo – equilíbrio dos impactos econômico, social e ambiental que não comprometa o desenvolvimento futuro – do Relatório Brundtland. Esta constatação é um primeiro passo importante para transformar a sustentabilidade em algo concreto nas organizações, uma vez que o engajamento e a educação sobre o tema é peça fundamental, e a universalização desse conceito pode ser considerado como a primeira conquista para estágios futuros de comprometimento sob a ótica individual e coletiva.

Apesar de convergência no conceito de Sustentabilidade, no que tange o desdobramento dessa visão em ações concretas, este estudo permitiu classificar cada um dos sistemas com seus pontos convergentes e divergentes. Foram identificados sete níveis de fatores operacionais e diferente abordagem na análise dos SMDS. Podemos concluir que o GRI apresenta critérios mais profundos e detalhados na dimensão ambiental, sendo o único a objetivamente avaliar metas quantitativas na performance ambiental.

A matriz de complementariedade também demonstra que a Dimensão Ambiental apresenta temas prioritários na abordagem empresarial, em especial: Água, Energia, Resíduos, GEE e Biodiversidade.

Apesar de suas limitações, este estudo pode ser entendido como um ponto de partida para criar profundidade nas complementariedades desses e de outros SMDS, permitindo desenvolvimento de novos sistemas ou adaptação dos existentes dentro das organizações. Espera-se fomentar melhores resultados a partir da tomada de decisão, uma vez que a implementação dos SMDS é onerosa e a correta utilização dessas ferramentas poderia privilegiar recursos para de fato ampliar a sustentabilidade da organização.

Tendo por base os resultados expostos, podemos concluir que o objetivo geral deste trabalho (desenvolver uma análise comparativa de cinco diferentes Sistemas de Mensuração do Desenvolvimento Sustentável, demonstrando as interações no conceito de sustentabilidade e níveis de estruturação em cada um deles) foi atendido.

7 SUGESTÕES DE TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho apresenta limitações que poderiam ser preenchidas por estudos futuros. Sugere-se o desenvolvimento de um novo modelo de integração desses e de outros SMDS com possíveis testes de aderência junto às organizações referência no mercado.

Indica-se a investigação da hipótese de que os subtemas mais presentes nos cinco sistemas estudados devem ter maior atenção e consequente investimento das organizações.

Propõe-se a investigação dos sistemas vinculados aos mercados financeiro (Dow Jones Index e ISE) de forma a compreender os motivos de sua menor abrangência.

Por fim, sugere-se a investigação das implicações dos SMDS na prática de gestão ambiental das empresas; como cada sistema pode atender aos diferentes públicos e gerar resultados concretos em sustentabilidade empresarial.

8 REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 26000:2010. *Diretrizes sobre responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2010.

ABNT NBR ISO 26.000:2010. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp. Acesso em: 15 Jun. 2013.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.50, n.2, 2010.

BEATO, R. S.; SOUZA, M. T. S.; PARISOTTO, I. R. S. Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: um estudo do ISE/BOVESPA. *Revista de Administração e Inovação*, v. 6, n. 3, 2009.

BM&F-BOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idIoma=pt-br>. Acesso em: 08 Jun. 2013.

_____. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/?r=site/conteudo&id=1#objetivos>. Acesso em: 20 Set. 2013.

_____. Metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE-Metodologia-pt-br.pdf>. Acesso em: 20 Set. 2013.

BOFF, L. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

BOISIER, S. *El Vuelo de una cometa*. Una metáfora para una teoría de desarrollo territorial. *Revista Eure*, Santiago de Chile, n. 69, 1997.

BUSTAMI, R.; NA, D.; BUSTAMI, R.; A'MMAARI, S. R.; NASRUDDIN, E. Exploring ISO 26000 and Global Reporting Initiatives (GRI): a neo-institutional analysis of two CSR institutions. *International Economics Letters*, Praga, República Checa, Edição 2, , 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DELAI, I. *Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

DOW JONE INDEX. Dow Jones sustainability world indexes guide v.7.0 Disponível em: <http://www.sustainability – indices.com>. Acesso em: 01 Maio 2013.

_____. Dow Jones sustainability world indexes. Disponível em: http://djindexes.com/mdsidx/downloads/fact_info/Dow_Jones_Sustainability_World_Index_Fact_Sheet.pdf. Acesso em: 10 de Set.2014.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, v.36, n.2, 1994.

_____. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ETHOS. Indicators of Corporate Social Responsibility. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 12 Jun. 2013.

_____. Indicadores Ethos. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores>. Acesso em: 15 Set. 2014.

GLOBAL REPORTING INIATIVE (GRI). Sustainability reporting guidelines. Disponível em: <http://www.globalreportinginitiative.org>. Acesso em: 21 Jun. 2013.

_____. G4: Diretrizes para Relato de Sustentabilidade – Princípios para Relato e Conteúdos Padrão. Disponível em: <http://www.globalreportinginitiative.org>. Acesso em: 29 Maio 2014.

GOODLAND, R. The concept of environmental sustainability. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 26, n. 1, p.1-24, 1995.

GUIMARÃES, R. P. *Aterrizando una Cometa*: indicadores territoriales de sustentabilidad. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES, 1998.

_____. Feichas, S. A. Q. Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, vol. XII, n.2, 2009.

LAMBERTON, G. Sustainability accounting – a brief history and conceptual framework. *Accounting Forum*, v. 29, n.1, 2005.

MELO, C. M. ISO 26000: Uma análise da Elaboração da Norma Internacional de Responsabilidade Social. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

_____; GOMES, E. R. *ISO 26000: Uma Análise da Norma Internacional de Responsabilidade Social*. III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006.

- NUNES, B.; ALAMINO, R.; SHAW, D.; BERNETT, D. *Managing Sustainability Performance Through the System Fitness Concept*. Working Paper, 2013.
- OLSTHOORN, X., TYTECA, D., WEHRMEYER, W., WAGNER, M. Environmental indicators for business: a review of the literature and standardization methods. *Journal of Cleaner Production*, v.9, n.5, 2001 [2000].
- OSTROM, E. A General Framework for Analysing Sustainability of Social-Ecological Systems Science. *Science*, v.325, n.419, 2009.
- PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating Shared Value. *Harvard Business Review*, 2011.
- QUIROGA, R. *Indicadores de sustentabilidad y desarrollo sostenible: estado Del arte y perspectivas*. Santiago de Chile: División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, 2001.
- REZENDE, I. A. C.; NUNES, J.G.; PORTELA, S.S. Um estudo sobre o desempenho Financeiro do Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial. *REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 2, n. 1, 2008.
- SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. XVII, n. 1, 2014.
- SEARCY, C.; KARAPETROVIC, S.; McCARTNEY, D. Designing sustainable development indicators: analysis for a cae study. *Measuring Business Excellence*, vol. 9, no. 2, 2005.
- SHIVASTAVA, P., BERGER, S. Sustainability principles: a review and directions. *Organization Management Journal*, vol. 7, n. 4, 2010.
- SIMONS, L.; SLOB, A; HOLSWILDER, H.; TUKKER, A. The fourth generation: new strategies call for new eco-indicators. *Environmental Quality Management*, nº. 11, 2001.
- STROBEL, J. S.; CORAL, E.; SELIG, P.M. *Indicadores de Sustentabilidade Corporativa: uma Análise Comparativa*. ENANPAD, 2004.
- UNSTALL, D. Developing and using indicators of sustainable development in Africa: an overview, doc mimeo. *The Network for Environment and Sustainable Development in Africa (NESDA), Thematic Workshop on Indicators of Sustainable Development*. Banjul, Gambia: NESDA, 1994.
- WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT & DEVELOPMENT – WECD. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

GLOSSÁRIO

Aspecto: se refere à lista de tópicos que elas abordam (GRI, 2014).

Due diligence: processo abrangente e proativo de identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos negativos reais e potenciais das decisões e atividades de uma organização ao longo de todo o ciclo de vida de um projeto ou atividade organizacional, visando evitar ou mitigar esses impactos (ABNT, 2010).

Stakeholders: entidades ou indivíduos que tendem a ser significativamente afetados pelas atividades, produtos e serviços da organização ou cuja ações tendem afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso. O termo inclui organizações ou indivíduos cujos direitos nos termos da lei ou de convenções internacionais lhe conferem legitimidade de reivindicação perante a organização (GRI, 2014).